



SAMURKAS SHUTTERSTOCK / DIVULGAÇÃO / CP

Formação docente em alerta no país

Em média, a rede pública possui 2 vezes mais docentes com baixa escolaridade em atividade na Educação Básica no país, do que as particulares

MARIA JOSÉ VASCONCELOS

A baixa escolaridade de professores da Educação Básica que atuam em sala de aula no Brasil e no RS revela preocupação.

Muitos só têm o Ensino Fundamental, outros apenas o Ensino Médio e ainda é pequena a proporção daqueles com formação de Magistério e Ensino Superior adequada à área que lecionam

O Brasil está longe de atingir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) no que se refere à formação de professores. Seja ela na escolaridade necessária para um docente ministrar suas aulas com qualidade, seja na participação em cursos de educação continuada, que permitem atualização pedagógica. O ruim é que o RS não apenas segue o árido caminho neste setor como ainda figura entre os estados com os mais baixos índices de formação docente adequada para o nível de ensino em que atua. Assim, falar em formação docente brasileira é se debruçar sobre dados que exigem providências e políticas públicas comprometidas em enfrentar esse problema e chegar às metas do PNE, com prazo até 2024 (quadro, página 5).

Um recorte com base no Censo Escolar 2018 (Inep/MEC), que trata da formação dos professores nos estados e no Brasil, foi realizado pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), presidido pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) Cezar Miola. O trabalho mapeia o setor, com vistas à análise e busca de enfrentamento dos problemas verificados. Os indicadores revelam reflexos preocupantes, especialmente nas metas 13, 15, 16 e 18 do PNE.

Sobre a escolaridade dos docentes da Educação Básica brasileira, são 19.808 apenas com o Ensino Fundamental (EF), completo ou incompleto, sendo que os estados de RJ (2.515 docentes), RS (2.490, representando 1,6% do quadro docente da região) e BA (2.358) têm mais professores nessa situação (quadro ao lado). A performance fere a meta 15 do PNE, que exige formação adequada à área de atuação.

Quando comparadas as redes públicas e privadas, os números demonstram que, em média, as públicas possuem 2 vezes mais docentes com baixa escolaridade (só EF, incompleto ou completo) do que as particulares. Mas é preciso considerar que o quadro docente da rede pública é maior. Contudo, essa dificuldade se concentra nos estados do norte do país.

Na Educação Infantil (EI), há 13.166 docentes com escolaridade apenas de EF, sendo que, nesse grupo, 2.635 professores nem concluíram essa etapa de ensino. Os estados com a maior quantidade de docentes com baixa escolaridade são RS, RJ, SP, SC, MG e BA, todos com mais de mil docentes em seus quadros. O RS apresenta mais 2 mil nessa situação. Esse informe fere a meta 15, indicador 15A, que exige formação adequada ao docente que atua na área de Educação Infantil.

No que tange à formação continuada dos educadores da Educação Infantil, o estado gaúcho possui cerca de 55 mil docentes regentes na EI, sendo que menos de 12 mil realizaram formação continuada em 2018 (no mínimo 80h) voltada a sua área de atuação (Creche ou Pré-Escola). Dos 23 mil docentes da Pré-Escola, só 4 mil tiveram formação continuada em sua área de atuação (menos de 20%). Esses indicadores ferem a meta 16, indicador 16A, que exige formação continuada dos educadores em sua área de formação.

Com escolaridade de Ensino Médio ou Magistério, a pesquisa do CTE-IRB mostra que 686.713 professores da Educação Básica possuem escolaridade de Ensino Médio (EM) completo. Desses docentes, somente 37% deles possuem formação de Magistério (ou seja, 257.841 docentes).

ALGUNS DADOS

Escolaridade dos docentes da Educação Básica brasileira

* Na Educação Básica (Pré-Escola e ensinos Fundamental e Médio), em todas as redes de ensino no país (pública e privada), quase 6 mil professores (docentes em atuação) só possuem o Ensino Fundamental (completo ou incompleto). Ao incluir todos os profissionais envolvidos com docência (auxiliares, assistentes e profissionais de ação complementar), são quase 20 mil docentes no Brasil e cerca de 2,5 mil no RS com essa formação.

* Na Educação Infantil brasileira (Creche e Pré-Escola), há 2.874 docentes em efetiva regência sem Ensino Médio e há 2.874 docentes com escolaridade apenas de Ensino Fundamental (575 desses professores nem concluíram essa etapa). O RS tem 376 docentes nessa situação de escolaridade. Os estados com mais docentes com baixa escolaridade (só Ensino Fundamental, completo ou incompleto) são SP (632), RS (376) e BA (376).

* Com Magistério, 257.841 professores (37%) atuam na Educação Básica com essa formação no país. São menos no MT e mais no RJ.

* Entre públicas e privadas, em média, a rede pública possui 2 vezes mais docentes com baixa escolaridade (apenas EF, completo ou incompleto) do que a rede privada. Mas há de se considerar que a rede pública é relativamente maior. Censo Escolar 2018 (Inep/MEC)

O Censo Escolar 2018 (Inep/MEC) revela 2,2 milhões de docentes atuando na Educação Básica brasileira. A maioria, no Ensino Fundamental (cerca de 1,4 milhão, 62,9%). Na Educação Infantil são 589,9 mil professores. E no Ensino Médio, o total de regentes é de 513,4 mil no país.

De nada adiantam levantamentos e dados estatísticos, se a análise não servir para buscar estratégias de combate às dificuldades. Nessa perspectiva, o presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), o conselheiro do TCE-RS, Cezar Miola, destaca que o objetivo do estudo de microdados do Censo permite verificar áreas mais críticas, com o Comitê tentando olhar temas de relevância nas políticas públicas da Educação. Sobretudo, conforme o dirigente, visando despertar os Tribunais de Contas do país a terem foco em algumas linhas de ação e para a capacidade de contribuir e mobilizarem outras instituições da sociedade em prol da melhoria dos índices, neste caso, educacionais.

“Preocupa, o grande número de professores com pouca formação. E, sem o curso de Magistério, ainda mais”, assinala Cezar Miola, acrescentando que o problema fica mais evidente quando cotejado com as metas do PNE, ainda muito distantes de serem atingidas no país. Uma ideia inicial de que a grande concentração de docentes com baixa escolaridade se verifica na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) não se confirma ao avaliar os dados do Censo, pois falta formação docente e estudos de educação continuada adequados em todos os níveis de ensino.

A partir do estudo sobre a formação docente no país, Miola revela que o trabalho do Comitê será o de expedir sugestões, orientações e recomendações. Expor indicadores com subsídios informativos contendo particularidades por estado. E assinala que o Comitê prevê se dirigir aos presidentes dos Tribunais de Contas no país, oferecendo elementos para o processo de fiscalização, prestação de contas ou para iniciativas a realizar. “O objetivo é perceber a situação e cobrar providências. É colocar o assunto na agenda da sociedade”, resume o conselheiro.



RICARDO GIUSTI / CP MEMÓRIA

COMITÊ TÉCNICO EM ATUAÇÃO

“É importante criar um ambiente de sensibilização”, considera o presidente do CTE-IRB. Para Cezar Miola, por meio de eventos, uso de redes sociais, mídias digitais, informativos e visitas pode ser desencadeada uma importante ação em prol da educação, a partir da avaliação dos dados estatísticos. Para o RS, o dirigente revela que já existe uma intensa programação organizada.

Monitorar, cobrar dados e apoiar estratégias para o combate de índices negativos, bem como acompanhar o cumprimento das metas do PNE (quadro), são algumas das atividades na pauta dos Tribunais de Contas, especialmente relacionadas à rede pública de ensino. A partir do problema detectado, Miola aponta que a intenção é subsidiar e instruir administrações, para que apresentem plano de encaminhamento para melhorar a formação. O problema, segundo o conselheiro do TCE-RS, também está ligado à prática de contratações temporárias, que precariza o setor e dificulta a criação de políticas públicas mais efetivas para a valorização docente ou para sua formação e qualificação. “Demandas permanentes não podem ter atendimento como temporárias.” Assim, Miola defende a realização de concurso público, com formação, qualificação e vínculo, que signifiquem pertencimento. E promete produtivo trabalho do CTE-IRB.

RELATÓRIO DAS METAS DO PNE

META PNE	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	META PREVISTA	PRAZO	SITUAÇÃO BRASIL	SITUAÇÃO RS
13 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores	13A	Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na Educação Superior	75%	2024	77,5%	87,7%
		13B	Percentual de docentes com doutorado na Educação Superior	35%	2024	39,8%	48,3%
15 - PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam	15A	Proporção de docências da Educação Infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	2024	46,6%	40,7%
		15B	Proporção de docências dos anos iniciais do Ensino Fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área do conhecimento que lecionam	100%	2024	59,0%	60,8%
		15C	Proporção de docências dos anos finais do Ensino Fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	2024	50,9%	57,2%
		15D	Proporção de docências do Ensino Médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	2024	60,4%	62,7%
16 - FORMAÇÃO	Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino	16A	Percentual de professores da Educação Básica com pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	50%	2024	36,2%	43,6%
		16B	Percentual de professores da Educação Básica que realizaram cursos de formação continuada	100%	2024	35,1%	40,1%